

1 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ LESTE (SECRETARIADA) –**
2 **GRAVAÇÃO DISPONÍVEL** – No dia 03 de julho de 2024, quarta-feira às 14 horas por
3 videoconferência, reuniram-se os membros do Subcomitê Trecho Leste com os pontos de
4 pauta: **1) Aprovação de pauta do dia; 2) Projeto de Plano de Manejo das Unidades de**
5 **Conservação (UCs) Municipais do Subcomitê.** Iniciada a reunião, com quórum de segunda
6 chamada, às 14h15min: **1) Aprovação de pauta do dia:** Andresse Gnoatto questionou aos
7 membros quanto a aprovação da pauta, não havendo objeções a pauta foi aprovada por
8 unanimidade. **2) Projeto de Plano de Manejo das Unidades de Conservação (UCs)**
9 **Municipais do Subcomitê:** Dennis Rodrigues informou que, na última reunião da CT (Câmara
10 Técnica) de Infraestrutura Verde, da qual ele e Raoni Cardoso são membros, a coordenação
11 solicitou que fossem identificadas quais UCs (Unidades de Conservação) serão contempladas
12 para receber investimentos. Esses investimentos estão previstos no Plano de Ação, ainda não
13 aprovado, mas mencionado no PAAD (Plano Anual de Atividades e Desembolso) e no PAP
14 (Plano de Aplicação Plurianual), onde está previsto o desenvolvimento dos Planos de Manejo
15 das unidades de conservação dentro do território do Subcomitê Leste. Dennis Rodrigues
16 acredita que esta pauta seja destinada às Unidades de Conservação Municipais e realizou um
17 levantamento de todas as UCs que compõem a área do Subcomitê Leste. A maioria delas
18 carece de informações sobre a existência de Planos de Manejo. Todas as unidades de
19 conservação federais possuem o plano, enquanto as estaduais e municipais, em sua maioria,
20 não possuem o Plano de Manejo ou não têm informações disponíveis a respeito. Em relação
21 aos municípios que possuem UCs com Plano de Manejo, a maioria está localizada em Maricá.
22 Por fim, ele destacou que o objetivo da reunião é identificar as UCs que receberão o
23 investimento e discutir a melhor forma de encaminhá-la. Também comentou sobre um TDR
24 (Termo de Referência) elaborado em 2019, onde foi feito no âmbito do Mosaico Central
25 Fluminense com o apoio da Agência de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha e as unidades
26 contempladas na época foram duas em Magé. Wander Guerra complementou que, em 2019,
27 a Prefeitura de Guapimirim foi contemplada com a execução do Plano de Manejo no contexto
28 do Mosaico Central Fluminense, com um valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil) para duas
29 unidades de conservação que são duas APAs (Área de Proteção Ambiental), que ligam a serra
30 ao mar. A ideia era integrar essas duas unidades por meio da APA Guapimirim e elaborar um
31 Plano de Manejo conjunto, visando a interligação entre elas. Wander Guerra enfatizou que foi

R. São José, 40 – sala 34 - Centro, Rio de
Janeiro – RJ, Cep: 20.010-020

(21) 97374-3674

cbhbaideguanabara@gmail.com

www.comitebaideguanabara.org.br



32 uma iniciativa muito interessante, porém, devido ao governo da época, o processo não
33 avançou, embora o TDR já estivesse elaborado e em fase final de contratação. Wander Guerra
34 informou que a ideia da Cida Resende é fazer um levantamento das possíveis integrações das
35 UCs, com vistas na retomada do Mosaico Central Fluminense, agora com critérios de
36 participação um pouco mais rigorosos do que anteriormente. Outro ponto levantado por Wander
37 Guerra diz respeito às categorias, como exemplo, citou que foram necessárias duas APAs para
38 conectar com a APA Guapimirim, a ideia é fazer esses ciclos de APAs serem efetivados. Dennis
39 Rodrigues apresentou em tela, por meio de um mapa da região, todas as UCs dos municípios
40 pertencentes ao Subcomitê Leste, explicando que as áreas delimitadas em amarelo são
41 aquelas que não possuem informações disponíveis, as em verde são as já possuem Plano de
42 Manejo, e as em vermelho não possuem Plano de Manejo. Essas informações foram extraídas
43 do CNUC (Cadastro Nacional de Unidades de Conservação). Dennis Rodrigues expressou sua
44 crença de que esse cadastro esteja desatualizado, devido há contradições nas informações
45 expressas. Em seguida, ofereceu um panorama geral das unidades de conservação no
46 território do Subcomitê Leste. Por fim, solicitou aos membros contribuições acerca do ponto de
47 pauta. Thiago Leal mencionou a relação entre as unidades de conservação e a questão da
48 segurança hídrica, destacando a urgência na elaboração dos Planos de Manejo, especialmente
49 nas unidades que fornecem água para consumo humano. Segundo ele, isso contribui
50 diretamente para aumentar a segurança hídrica da região. O próximo passo é analisar a
51 situação atual dessas unidades, especialmente nas áreas de captação de água para
52 abastecimento. Thiago Leal acredita que estas são áreas prioritárias para a implementação do
53 Plano de Manejo, pois abastecem uma parte significativa da população. A vantagem do
54 contexto do Subcomitê Leste é que há uma considerável quantidade de pesquisa acadêmica,
55 exemplificada pelo estudo extensivo da bacia do Rio Macacu realizado pelos professores da
56 UERJ, que resultou em uma produção substancial de material diagnóstico para a identificação
57 da vegetação. Essa situação se repete em outras bacias também. Thiago Leal informou que,
58 recentemente, foi elaborado um Plano de Manejo para uma unidade de conservação que teve
59 um custo superior a R\$100.000,00 (cem mil). Em seguida, levantou a hipótese de que, com os
60 recursos destinados ao Plano de Manejo, existiria a possibilidade de considerar a aplicação
61 desses recursos em um consórcio com as universidades, a fim de reduzir os custos dos Planos
62 de Manejo. Sobre a prioridade das unidades de conservação, Thiago Leal reforçou sua

R. São José, 40 – sala 34 - Centro, Rio de
Janeiro – RJ, Cep: 20.010-020

(21) 97374-3674

cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br



63 sugestão de que as áreas prioritárias devem ser as unidades que possuem área de manancial.
64 Dennis Rodrigues manifestou seu apoio à sugestão de Thiago Leal de formar um consórcio
65 com as universidades, não apenas pela redução de custos, mas também pelos diversos
66 benefícios adicionais. Ele ressaltou que a formação do consórcio permitirá a cobertura de um
67 número maior de unidades de conservação, possibilitando a utilização de mão de obra mais
68 qualificada. Além disso, fez comentários sobre as observações presentes nos Planos de Mata
69 Atlântica. Thiago Leal expressou dúvidas em relação ao consórcio, questionando se as
70 universidades possuem algum instituto ou entidade similar que possa servir como ponto focal
71 para questões contratuais e para o estabelecimento de um CNPJ necessário para formalizar o
72 arranjo com as instituições acadêmicas, em seguida, declarou não saber a viabilidade jurídica
73 para esse arranjo. Dennis Rodrigues levantou outra questão: se seria possível estabelecer um
74 convênio diretamente com as universidades, ou se tal procedimento deve ser realizado por
75 meio de edital. Ele observou que, geralmente, as universidades possuem fundações com
76 CNPJ, e que é através desse CNPJ que as universidades prestam serviços. Tânia Gonçalves
77 declarou não possuir a resposta no momento, mas solicitou aos membros que enviassem a
78 dúvida por e-mail para que pudesse ser esclarecida posteriormente. Wander Guerra comentou
79 sobre a experiência que teve em parceria com as universidades, onde havia um processo
80 licitatório no qual possuíam bastante interesse que fosse executado por universidades. No
81 entanto, a Procuradoria se manifestou contrariamente, alegando que não permitiria a
82 concorrência com base no menor preço. Sobre as unidades de conservação, Wander Guerra
83 informou, que na região há cerca de 46 unidades, somente 17 delas possuem Plano de Manejo.
84 Declarou que essas informações foram extraídas do PROUC, e não sabe dizer se essas
85 informações estão atualizadas. Foi mencionado a respeito da Área de Proteção Ambiental
86 (APA) do Guapi-Macacu, que é administrada pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e
87 ainda não dispõe de um Plano de Manejo. Esta região é prioritária para a restauração florestal
88 no âmbito do projeto "Floresta do Amanhã", previsto no Termo de Ajustamento de Conduta
89 (TAC) do COMPERJ. A questão está sendo amplamente debatida em virtude dos impactos
90 relacionados ao tolueno e o TAC do COMPERJ que foi recentemente assinado. Declarou que
91 a APA da Bacia do Rio Macacu é de extrema importância, pois abrange todas as Faixas
92 Marginais de Proteção (FMP) da bacia. Embora essa APA não seja municipal, mas sim
93 vinculada ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA), desempenha um papel crucial na região.

R. São José, 40 – sala 34 - Centro, Rio de
Janeiro – RJ, Cep: 20.010-020

(21) 97374-3674

cbhbaideguanabara@gmail.com

www.comitebaideguanabara.org.br



94 Dennis Rodrigues esclareceu que a APA da Bacia do Rio Macacu possui, de fato, um Plano de
95 Manejo conforme estipulado pelo Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC).
96 Por sua vez, João Alberto informou que, no que tange à contratação, o Subcomitê não realiza
97 tais procedimentos, a responsabilidade é da AGEVAP, que deve seguir a Lei nº 14.133/2021 e
98 não se desvia do processo de licitação. No que se refere às Unidades de Conservação (UCs)
99 municipais, João Alberto informou, que somam um total de cinco, a UC Pedra do Colégio possui
100 um Plano de Manejo que requer revisão. Outras duas UCs tiveram seus Planos de Manejo
101 elaborados de forma emergencial e necessitam da elaboração de um Plano de Manejo
102 definitivo. As duas restantes, mais recentes, ainda necessitam da criação de seus respectivos
103 Planos de Manejo. Sobre a APA do Macacu, João Alberto informou que foi elaborada uma
104 minuta do Plano de Manejo, a qual, no entanto, não foi formalmente efetivada nem publicada.
105 Ele declarou possuir considerável conhecimento sobre o assunto, uma vez que, na época,
106 estava em discussão a possibilidade de desafetação das áreas urbanas, o que comprometeria
107 a efetividade do Plano de Manejo. Os Rios Guapiaçu e Macacu atravessam áreas urbanas, e
108 essa discussão prolongou-se, resultando na elaboração da referida minuta de Plano. João
109 Alberto afirmou não ter certeza quanto à publicação dessa minuta. Thiago Leal declarou que
110 os municípios enfrentam diferentes gestões ao longo dos anos, nas quais alguns optam pela
111 criação de unidades de uso sustentável, enquanto outros adotam unidades de proteção
112 integral. Muitas vezes, essas gestões não possuem respaldo técnico mais avançado nessa
113 área. Existem casos em que áreas de grande importância estratégica são atualmente
114 classificadas como Áreas de Proteção Ambiental (APA), como é o caso da APA no Rio Bonito,
115 que abrange cerca de 100 nascentes. Embora essa área seja estratégica e rica em nascentes,
116 não se configura como uma unidade de conservação de proteção integral. A área ser de uso
117 sustentável não significa que o seu grau de importância seja menor do que as unidades de
118 proteção integral, no sentido de termos de prioridade. Por fim, Thiago Leal ressaltou que é mais
119 relevante analisar com maior profundidade o contexto da bacia da área do Subcomitê Leste e
120 o gerenciamento das áreas de encostas e das nascentes, no que tange à gestão hídrica acaba
121 sendo mais relevante. Dennis Rodrigues salientou que, no Plano de Recursos Hídricos,
122 disponível para consulta no site, é destacado na Agenda Verde que é crucial observar a
123 compatibilidade com as Áreas de Importância para a Proteção Integral (AIPIS). O Parque
124 Natural Nascente do Jabi, segundo o CNUC, não possui um Plano de Manejo, por se tratar de

R. São José, 40 – sala 34 - Centro, Rio de
Janeiro – RJ, Cep: 20.010-020

(21) 97374-3674

cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br



125 um vale encaixado, é uma área de grande interesse para que um seja elaborado. Dennis
126 Rodrigues explicou que, no Relatório de Territorialidade de 2020, uma das fragilidades
127 identificadas é a dependência excessiva do Subcomitê em relação ao sistema proveniente de
128 Cachoeiras de Macacu. Embora seja necessário fortalecer a conservação em Cachoeiras de
129 Macacu, é igualmente importante focar em outras áreas de mananciais, como a Nascente do
130 Jabi em Guapimirim e a Serra do Sambê situada em Rio Bonito, são áreas que também
131 precisam estar situadas no radar do Subcomitê Leste. Wander Guerra informou que, na região
132 de Guapimirim, as questões relacionadas às nascentes já estão abrangidas por parques, como
133 o Parque dos Três Picos e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Embora a Área de Proteção
134 Ambiental (APA) Guapi-Guapiaçu não contemple todas as nascentes, ela desempenha uma
135 função primordial na proteção das faixas marginais e na mitigação da erosão dos rios que
136 desaguam na Baía de Guanabara, assim como a APA Suruí. Wander Guerra declarou que,
137 embora as nascentes estejam integradas aos parques, o que lhe causa preocupação é o estado
138 dos cursos d'água entre Guapimirim e Magé, até alcançarem os mananciais. Ele também
139 informou que as duas maiores unidades de conservação são APAs, que frequentemente são
140 negligenciadas, apesar de sua importância fundamental para o ordenamento territorial e a
141 restauração florestal dessas áreas, as APAs acabam sendo excluídas das prioridades no Plano
142 de Manejo. Wander Guerra declarou que, ao considerar uma estratégia para a região
143 hidrográfica do Leste, as APAs são fundamentais, uma vez que os mananciais estão situados
144 dentro de unidades de conservação e preservação integral. No entanto, essas unidades
145 maiores, que são essenciais para a qualidade do corpo hídrico, encontram-se totalmente
146 degradadas. Andresse Gnoatto informou que, além disso, as unidades de conservação de uso
147 sustentável, como as APAs, ficam totalmente desprotegidas em termos de ordenamento
148 territorial na ausência de um Plano de Manejo. João Alberto informou que o assunto atualmente
149 em discussão se relaciona com uma questão de grande preocupação para todo o Subcomitê.
150 Esclareceu que as decisões não serão tomadas pelos membros do Subcomitê Leste, mas sim
151 determinadas com base no trabalho de hierarquização que será realizado. Murilo Balbino
152 informou que, em Bonito, na Serra do Sambê, encontra-se todo o sistema responsável pelo
153 abastecimento de Tanguá. Em outras palavras, a cidade de Tanguá depende integralmente da
154 conservação da APA de Rio Bonito. Na parte posterior da Serra do Sambê, origina-se o Rio
155 São João, que, por sua vez, compõe o complexo de Jaturnaíba, responsável pelo fornecimento



156 de água à Região dos Lagos, tornando-se também dependente desse maciço. Murilo Balbino
157 afirmou que as APAs possuem uma relevância de grande importância neste contexto. Dennis
158 Rodrigues solicitou a João Alberto que fornecesse uma explicação mais detalhada sobre a
159 questão da hierarquização mencionada em sua intervenção anterior. João Alberto informou
160 que, no caso, estão envolvidos oito municípios e que o recurso destinado à região Leste tem a
161 característica de ser repartido entre esses municípios. Caso algum município não possua
162 nenhuma unidade de conservação, o recurso será redistribuído entre os outros sete municípios
163 restantes. As unidades de conservação selecionadas seguem uma metodologia específica para
164 sua escolha, não sendo decididas pelos membros de forma arbitrária. Embora o que está sendo
165 atualmente discutido possa ser considerado como uma característica dentro da hierarquização,
166 é importante ressaltar que essa hierarquização é estabelecida de maneira sistemática, como
167 ocorreu no Projeto de Saneamento Rural, todos se recordam de que foram sugeridas as áreas
168 ideais e a hierarquização determinou que fosse escolhido o mosaico mais próximo possível
169 dentre as áreas de cada município. No que diz respeito às unidades de conservação, a
170 hierarquização pode ser elaborada com base em todos os aspectos discutidos. Por exemplo,
171 ela pode considerar a relevância das APAs, a extensão total da área — uma vez que unidades
172 de conservação com áreas muito extensas podem acarretar custos elevados — e a
173 disponibilidade de estudos preliminares. Um exemplo é Cachoeiras de Macacu, que possui um
174 estudo sobre aves e fauna realizado por uma universidade local, o qual pode ser utilizado para
175 reduzir custos, tornando a unidade de conservação mais vantajosa na hierarquização. Os
176 membros discutiram sobre o que é a hierarquização e sobre o questionário que será usado.
177 Thiago Leal acrescentou na discussão sobre os modelos de licitação que poderiam ser usados
178 nesse processo, sugerindo algumas possibilidades a serem refletidas. Dennis Rodrigues
179 comunica que a questão, nesse momento, ainda estará sob debate, visto que também será
180 discutida na Câmara Técnica. Também pede que Thiago Leal explique melhor sua sugestão
181 para os modelos de licitação propostos. João Alberto pontua em cima da sugestão de Thiago
182 Leal, dizendo que se trata de uma questão do poder público, onde deve-se sempre buscar a
183 economicidade e que a questão levantada por ele seria usada na hora da hierarquização
184 destacando o que deve ser priorizado. Andresse Gnoatto questionou Dennis Rodrigues se na
185 CT Infraestrutura Verde foi abordada a questão da hierarquização e se há algum critério
186 estabelecido para isso. Ou se o assunto será estudado de forma semelhante ao que ocorreu

R. São José, 40 – sala 34 - Centro, Rio de
Janeiro – RJ, Cep: 20.010-020

(21) 97374-3674

cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br



187 no Projeto de Saneamento Rural. Isso facilitaria a discussão sobre as prioridades para o
188 território do Subcomitê Leste. Dennis Rodrigues informou que, até o momento, a hierarquização
189 não foi mencionada. No entanto, ele se comprometeu a verificar com Leonardo ou Adriana se
190 há algum critério estabelecido para a hierarquização. Até então, apenas foi solicitado a
191 realização de um levantamento. Andresse Gnoatto salientou que tudo depende muito do
192 formato, da outra vez a AGEVAP propôs o formato de hierarquização. Em seguida, os membros
193 discutiram as diferentes formas de contratação que podem ser implementadas. João Alberto
194 questionou a possibilidade de levantar os estudos que já estão concluídos, a fim de evitar a
195 realização de novos estudos sobre os mesmos temas, o que seria um desperdício de recursos.
196 Apontou sobre os Planos de Manejo que deram certo em outros comitês e poderiam ser
197 trazidos pela AGEVAP para este comitê. Wander Guerra complementou dizendo que o próximo
198 passo é elencar os critérios, pois são 46 (quarenta e seis) unidades de conservação que não
199 possuem Plano de Manejo. Ele sugere que o próximo passo é pensar em critérios, para
200 hierarquizar e depois organizar em blocos e por fim, dar sequência. Dennis Rodrigues afirma
201 que o próximo passo é pensar nos critérios e que deveriam vislumbrar quais seriam eles. João
202 Alberto questionou a possibilidade de levantar os estudos que já estão concluídos, a fim de
203 evitar a realização de novos estudos sobre os mesmos temas, o que seria um desperdício de
204 recursos. Declarou que essa tarefa é de extrema dificuldade para os municípios e salientou
205 que, no caso de Cachoeiras de Macacu, ele pode realizar o levantamento dos estudos já
206 existentes. Quando chegar o momento apropriado, será possível discutir ou disponibilizar esses
207 estudos para a empresa contratada, se for possível realizar o levantamento desses estudos,
208 isso facilitará o processo e poderá até reduzir os custos do projeto. Dennis Rodrigues informou
209 que pode disponibilizar alguns estudos dos quais já fez um levantamento prévio. Estes estudos
210 fornecem uma boa base, e a partir deles, é possível buscar estudos mais detalhados em temas
211 específicos. Caso haja interesse, poderá enviá-los posteriormente. Thiago Leal informou que,
212 ao ter esses estudos em mãos, eles poderão ser incluídos na licitação. Isso permitirá a
213 avaliação dos documentos já existentes, facilitando a precificação do trabalho a ser
214 desenvolvido. Thiago Leal informou que pelo menos três critérios já foram discutidos e
215 alinhavados. O primeiro critério refere-se às áreas de manancial, ou seja, as unidades
216 associadas aos rios que são mananciais de abastecimento público. O segundo critério
217 considera a importância da função ecológica, especialmente as áreas de recarga e as unidades

R. São José, 40 – sala 34 - Centro, Rio de
Janeiro – RJ, Cep: 20.010-020

(21) 97374-3674

cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br



218 que abrangem as FMPs dos rios, devido às questões de erosão. O terceiro critério é a
219 quantidade de estudos já realizados sobre essas unidades, avaliando quais possuem mais ou
220 menos dados. Wander Guerra concordou com os critérios destacados por Thiago Leal, com
221 exceção do terceiro. Ele argumentou que o valor da licitação será determinado com base no
222 estudo técnico preliminar e no Termo de Referência, que serão elaborados pela empresa
223 vencedora, tornando a quantidade de estudos prévios menos relevante para a questão da
224 economicidade, conforme sua experiência em licitações. Além disso, destacou outro critério a
225 ser considerado: a inserção da instância em corredores ecológicos ou mosaicos, para melhor
226 abordar esses aspectos nos instrumentos de planejamento. Em resumo, Dennis Rodrigues
227 explicou que os encaminhamentos de sua responsabilidade incluem o envio aos membros de
228 sua apresentação sobre as unidades de conservação. Além disso, ele verificará com o CT e a
229 Secretaria Executiva como será conduzido o processo, levando em consideração a
230 hierarquização e a economicidade. E os critérios já foram definidos anteriormente por Thiago
231 Leal e Wander Guerra. João Alberto sugeriu a inclusão de uma solicitação oficial do Subcomitê
232 aos municípios, para que estes enviem uma relação das unidades de conservação, incluindo
233 dados adicionais. Ele informou que pode elaborar uma tabela contendo informações sobre as
234 unidades de conservação, como a existência de Plano de Manejo e a área aproximada, para
235 que os municípios a preencham. Solicitação aprovada. Entre assuntos gerais, a reunião foi
236 encerrada às 17h10min, eu, Flávia Martins de Oliveira, transcrevi esta ata e dou fé.

237 **Participantes:**

238 **Poder Público:** Conselho Regional de Biologia da 2a Região RJ/ES - Larissa Marques Pires
239 Teixeira; Prefeitura Municipal De Magé - Maria Aparecida de Sousa Resende; Prefeitura de
240 Itaboraí - Raoni Cardoso; Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade
241 (SMARHS) - Thiago Leal; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio
242 de Janeiro (EMATER) - Claudio da Silva Teixeira; Prefeitura de Guapimirim - Wander de Souza
243 Dias Guerra; Prefeitura de Cachoeiras de Macacu (SEMA) - João Alberto Antunes Ribeiro;
244 Prefeitura de Rio Bonito - Murilo Balbino; Prefeitura do Município de Tanguá - Desan Tanguá -
245 Elielson Teixeira da Silva. **Sociedade Civil:** Associação dos Protetores do Mar – Andresse
246 Gnoatto e Instituto de Ação Socioambiental Cachoeiras de Macacu – Dennis Rodrigues.
247 **Usuários de Recursos hídricos:** Águas de Niterói - Halphy Cunha Rodrigues; Águas do Rio
248 1 SPE S/A - Simony Dias. **Convidados:** Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS) –

R. São José, 40 – sala 34 - Centro, Rio de
Janeiro – RJ, Cep: 20.010-020

(21) 97374-3674

cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br



249 Luciana Azevedo. **AGEVAP (Secretaria Executiva)** – Flavia Martins de Oliveira e Tania
250 Goncalves Sousa.

251 **Encaminhamentos:**

- 252 1. Disponibilizar o material apresentado na reunião; (Dennis Rodrigues)
- 253 2. Entrar em contato com o especialista Gabriel Macedo – AGEVAP, para verificar sobre o
254 processo licitatório, considerando a questão da hierarquização; (Dennis Rodrigues)
- 255 3. Secretaria Executiva enviar ofício para os Municípios que fazem parte do Subcomitê,
256 solicitando dados das unidades de conservação, através do preenchimento de planilha
257 que será enviado pelo João Alberto e Wander Guerra. (Secretaria Executiva)

258

259

260

Niterói, 03 de julho de 2024.

261

262

263

264

Andresse Gnoatto

265

Elielson Texeira

266

Halphy Cunha Rodrigues

267

Coordenação do Subcomitê Leste

